



Câmara Municipal de São Leopoldo
Estado do Rio Grande do Sul

SOLICITAÇÃO DE PARECER TÉCNICO JURÍDICO

DATA: 17/12/2024

OBJETO: Trata-se de solicitação para a locação do anfiteatro Padre Werner na Unisinos para a Cerimônia de Posse do dia 1º de janeiro de 2025, conforme especificações do processo de inexigibilidade nº 20/2024.

SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DIRETORIA:

MENOR VALOR TOTAL: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inciso V, Lei 14.133/21.

OBSERVAÇÃO: Trata-se de local habitualmente onde ocorrem as sessões de posse de nova legislatura administrativa.

AUTORIZAÇÃO JURÍDICA:

Trata-se solicitação encaminhada a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art. 217, inciso II, letra "b" do Regimento Interno c/c o inciso III, do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, na qual se requer parecer jurídico emitido sobre contratação direta.

Dessa forma demonstro estar ciente e de acordo com a referida compra/serviço, estando acompanhando o processo de dispensa/inexigibilidade.

Esta solicitação de parecer técnico jurídico foi devidamente examinada e aprovada por esta Assessoria Jurídica.

Em

17/12/2024.

Consultor (a) Jurídico (a)

Encaminhar para Licitação:

Consultor (a) Jurídico (a)

/ /



Câmara Municipal de São Leopoldo
Estado do Rio Grande do Sul

SOLICITAÇÃO DE PARECER TÉCNICO JURÍDICO

DATA: 17/12/2024

OBJETO: Trata-se de solicitação para a locação do anfiteatro Padre Werner na Unisinos para a Cerimônia de Posse do dia 1º de janeiro de 2025, conforme especificações do processo de inexigibilidade nº 20/2024.

SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DIRETORIA:

MENOR VALOR TOTAL: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 74, inciso V, Lei 14.133/21.

OBSERVAÇÃO: Trata-se de local habitualmente onde ocorrem as sessões de posse de nova legislatura administrativa.

AUTORIZAÇÃO JURÍDICA:

Trata-se solicitação encaminhada a esta Consultoria Jurídica, nos termos do art. 217, inciso II, letra "b" do Regimento Interno c/c o inciso III, do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021, na qual se requer parecer jurídico emitido sobre contratação direta.

Dessa forma demonstro estar ciente e de acordo com a referida compra/serviço, estando acompanhando o processo de dispensa/inexigibilidade.

Esta solicitação de parecer técnico jurídico foi devidamente examinada e aprovada por esta Assessoria Jurídica.

Em 17/12/2024.

Consultor (a) Jurídico (a)

Encaminhar para Licitação:

Consultor (a) Jurídico (a)

/ /